

# 10ª Feira Estadual de Economia Popular Solidária

# Expediente

GT de Formação da 10ª Feira Estadual de Economia Popular Solidária  
Paola Germani, Leidi Rosa Silva, Maristoni Moura, Mateus de Marco, Marcelo  
Ribeiro de Freitas, Bibiana Paiva Nunes, Luiz Antônio Pasinnato, Marinês Besson,  
Denise Laitano, Gilmar Gomes, Sylvia Severo, Zair Barbosa.

Sistematização dos textos e revisão: Bibiana Nunes, Gilmar Gomes, Marcelo Freitas,  
Sylvia Severo, Marinês Besson, Loiva Machado, Denise Laitano.

Imagens organizadas por: Luiz Antônio Pasinnato.

Capa: Agência de Arte - Beto Fagundes

Gráfica: VT Propaganda

Tiragem: 1.000

# Introdução

Este texto é fruto das discussões do GT de Formação. Assim como tudo na Economia Solidária, é um trabalho conjunto, coletivo, articulado e fortalecido pela diversidade.

Utilizamos as avaliações do último ano, a IV Plenária da Economia Solidária e as reflexões sobre o tema, além da definição das prioridades, e iniciamos o processo de elaboração deste trabalho, que tem por objetivo contribuir para a 10ª Feira Estadual da Economia Popular Solidária.

Esperamos que este instrumento sirva de reflexão e subsídio para o debate que irá acontecer durante a Feira.

Este caderno tem o objetivo de ser lido, discutido e refletido com o seu grupo e, na 10ª Feira, na quinta-feira, dia 11 de dezembro, das 8h às 11h, acontecerá a nossa reflexão e debate conjunto.

Porque continuamos acreditando que Outra Economia Acontece porque Outra Economia é Possível!

Este debate conjunto é o reflexo da Economia Solidária!



# O que é Economia Popular Solidária?

Economia Popular Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, onde o resultado do trabalho é dividido entre aqueles que participam dele. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

Nos últimos anos, a economia popular solidária vem se apresentando como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social.



A Economia Popular Solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Considerando essa concepção, a Economia Popular Solidária possui as seguintes características:

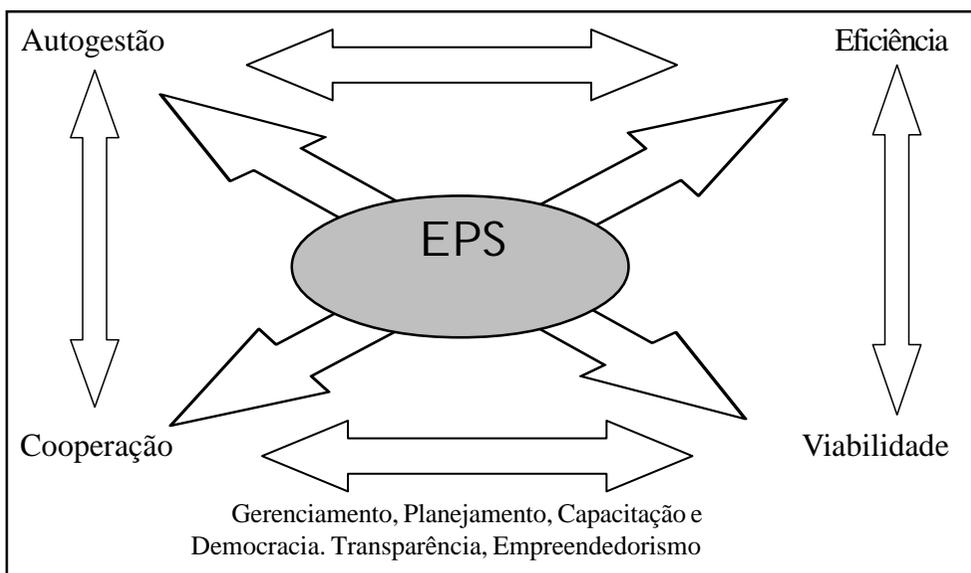
1. **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.
2. **Autogestão:** onde todos participam das decisões, compartilham o poder e o ganho, eliminando a figura do "patrão".
3. **Solidariedade:** é uma prática de afirmação dos compromissos éticos, dos laços que se estabelecem entre todos, promovendo trocas de informações e experiên-

Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

cias. Além de um compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.



Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

# Sustentabilidade

A prática da Economia Popular Solidária está fundamentada nos princípios da cooperação, da autogestão, da produção coletiva, da comercialização direta, da justa distribuição de renda, da socialização dos meios de produção, da solidariedade, do respeito à diversidade, da participação, da democracia plena, da distribuição de tarefas e do poder, do cuidado e preservação dos recursos naturais, da agroecologia, levando à construção da cidadania e da vivência de novas relações de gênero.

Quando falamos em sustentabilidade o que nos vêm à cabeça? Certamente relacionamos com auto-sustentação e com a viabilidade financeira. Mas não é só isto! De que adianta ter recursos se não temos pessoas capacitadas para desenvolver o trabalho?

A sustentabilidade dos empreendimentos está relacionada ao exercício de todas as dimensões necessárias a sua criação e desenvolvimento. Nenhuma é mais importante do que a outra, mas todas, de forma integrada, constituem a sustentabilidade dos empreendimentos solidários:

\* social - busca contemplar as pessoas e sua inserção na atividade do trabalho, proporcionando espaços de convivência, resgate da auto-estima, formação, aprendizado, troca de experiência e de realização pessoal e grupal. As pessoas são capacitadas e se desenvolvem desde o espaço interno até outros espaços da sociedade, criando condições do exercício da cidadania.

\* política - desenvolvida através da relação com outros empreendimentos e organizações, buscando a construção de redes de articulação. Participação em fóruns, conselhos, buscando dar visibilidade para a organização e fortalecimento da Economia Popular Solidária.

\* ambiental - relação das pessoas com o empreendimento e o ambiente. Bem como a produção e o consumo de produtos saudáveis e de qualidade. Na nossa produção e consumo levamos em conta a preservação do meio ambiente? Consumi-

| Anotações |
|-----------|
|           |
|           |
|           |
|           |
|           |
|           |
|           |

mos produtos saudáveis? E ecológicos? Reciclamos o lixo em nossas casas? E nos locais de trabalho? Racionamos a água? Estamos produzindo sem agroquímicos? Nos preocupamos com a vida do planeta?

\* cultural - "A cultura está silenciosamente presente nos gestos, palavras, olhares, ações do nosso cotidiano. Está presente na maneira como nos vemos e vemos o mundo, e nas maneiras de nos relacionarmos com nós mesmos, com a natureza, com a sociedade, com cada pessoa com quem convivemos diariamente, com os nossos ancestrais e com os seres que nos sucederão em infindáveis gerações futuras", segundo Marcos Arruda. A cultura carrega consigo valores e práticas que compõem a vida das pessoas e do grupo e estabelece confiança e respeito, entre produtor e consumidor.

\* organizativa - diz respeito à maneira como nos organizamos e nos relacionamos. Temos que ter presente os princípios da Economia Popular Solidária, essa dimensão nos desafia ao exercício de um processo de gestão democrática e participativa, onde as pessoas envolvidas sejam protagonistas no trabalho desenvolvido. A parceria com entidades e organizações é um passo importante para ampliação e fortalecimento da REDE de EPS., bem como, para a qualificação do processo de trabalho e fortalecimento dos empreendimentos solidários. É necessário qualificar: a) capacidade em produzir novos e bons produtos, prestar bons serviços, organizar o consumo solidário; b) participar em espaços onde se concretizam as negociações e a gestão de políticas públicas; c) planejamento e gestão dos empreendimentos de EPS e identificação de fontes e elaboração de projetos para fortalecer a sustentabilidade.

\* econômica - viabilização de captação de recursos financeiros e tecnológicos para fortalecer e viabilizar os empreendimentos. Faz-se necessário construir tecnologias alternativas, buscando a qualificação das pessoas envolvidas, na perspectiva da EPS. Segundo Euclides Mance, o consumo solidário ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem viver pessoal, mas também o bem viver coletivo".



Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

# IV Plenária Nacional de Economia Solidária

Entre os dias 26 e 30 de março de 2008, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária organizou, em Luziânia/GO, a IV Plenária Nacional de Economia Solidária.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária é a representação dos Fóruns Municipais, Regionais e Estaduais que existem em todo o país. Ele é um instrumento do movimento da Economia Solidária, devendo agir em nome dos interesses das bases, ou seja, daqueles que fazem a economia solidária brasileira acontecer no dia-a-dia. No Rio Grande do Sul o Fórum Gaúcho está organizado em dez regiões.

A Plenária Nacional é a grande assembléia de deliberações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. É nela que são definidos os rumos do movimento de economia solidária no Brasil. É ela que define as linhas de atuação da Coordenação Nacional e da Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro. A Plenária Nacional é realizada a cada três anos. Começou a ser preparada já em maio de 2006 e contou com a intensa participação dos Fóruns Estaduais, Regionais e Municipais em sua construção. Durante os 4 dias de trabalho estiveram reunidos 288 representantes estaduais e outros 32 observadores convidados. Esses representantes traziam os resultados das discussões realizadas nas 25 Plenárias Estaduais e outras 130 atividades preparatórias, que envolveram mais de 4.000 pessoas em todo o país.

O objetivo da IV Plenária Nacional era discutir a nova cara do Fórum Brasileiro, depois dos avanços afirmados na I Conferência Nacional de Economia Solidária no Brasil (2006) e na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária. Além disso, também se trabalhou na definição dos principais temas sobre os quais nós, da economia solidária brasileira, podemos organizar nossas lutas daqui pra frente.

Os debates para a definição das bandeiras de luta da economia solidária brasileira foram organizados em quatro eixos considerados estratégicos: 1) Produção,

| Anotações |
|-----------|
|           |
|           |
|           |
|           |
|           |
|           |
|           |

Comercialização e Consumo Solidários; 2) Formação; 3) Finanças Solidárias e 4) Marco Legal.

Eixo 1 - O primeiro eixo foi onde se discutiram as questões da rotina de produção, venda e consumo dos produtos da economia solidária. Nesse eixo, foram definidas duas bandeiras prioritárias de luta:

a) Lutar por programas e políticas de infra-estrutura e apoio à formação de redes e cadeias de produção, comercialização, consumo e logística solidária – Empreendimentos de economia solidária isolados dificilmente conseguem ser bem sucedidos. É preciso buscar o fortalecimento dos grupos em redes e cadeias que articulem vários empreendimentos e permitam melhores condições de negociação comercial e política.

b) Lutar por um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – Os produtos da economia solidária são o fruto de Outra Economia, onde se trabalha com respeito pelo próximo, onde se respeita os princípios da autogestão, onde se respeita o meio-ambiente, enfim, onde se tenta construir Outro Mundo Possível. É preciso que esse diferencial seja reconhecido pela sociedade. Um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário é importante para estimular a prática do consumo justo e solidário, onde o consumidor entende que a compra é muito mais que um simples ato comercial, é também um ato político, uma aposta em outro modelo de sociedade.

Eixo 2 - No segundo eixo, o de Formação, discutiu-se a importância da educação permanente dos trabalhadores e consumidores para o amadurecimento da economia solidária em nosso país. A principal bandeira de luta definida nesse eixo foi a Luta por ações de formação junto aos trabalhadores do movimento de economia solidária e pelo estímulo do ingresso no ensino formal e técnico. Definiu-se que a formação em economia solidária deve ter como prioridade a formação para os trabalhadores de empreendimentos e que deve ser pensada numa linguagem popular, baseada na realidade dos mesmos. Ela deve acontecer a partir da articulação de redes e cadeias.

Eixo 3 - No eixo de Finanças Solidárias defendeu-se a necessidade de um sistema nacional de finanças solidárias baseado nos bancos comunitários, fundos

Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

solidários, cooperativas de crédito e outros tipos de finanças solidárias locais ou nacionais. Defendeu-se que as comunidades devem ter garantido o direito de soberania sobre suas finanças. Nesse sentido, a bandeira prioritária escolhida pelo eixo foi a Luta por um Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária.

Eixo 4 - O quarto eixo, Marco Legal, teve a difícil tarefa de discutir a importância de leis específicas para a economia solidária. Ainda que exista uma lei específica para o cooperativismo, nem todos os empreendimentos de economia solidária se enquadram como cooperativas. Mas fora do cooperativismo não existe outra lei brasileira que trate dos nossos empreendimentos. A economia solidária é um conceito que não existe legalmente e juridicamente. Por isso, os participantes do eixo definiram seis bandeiras prioritárias de luta:

a) Luta por uma Lei Geral da Economia Solidária – É preciso que a economia solidária apareça nas leis brasileiras. Isso é fundamental para defender os direitos dos trabalhadores dos empreendimentos e para fomentar o desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

b) Luta pela alteração, aprovação e implementação das leis de Cooperativismo (geral e específicas) de acordo com os princípios e valores da economia solidária -- A lei do cooperativismo que existe hoje não dá conta da diversidade dos empreendimentos de economia solidária. É preciso modificá-la para permitir a formalização da atividade econômica dos trabalhadores desses empreendimentos. Além disso, é preciso acabar com o monopólio do sistema OCB (Organização Cooperativista Brasileira) no registro de novas cooperativas.

c) Luta pela aprovação e implementação de leis municipais e estaduais de reconhecimento e fomento à economia solidária – Muitos municípios e Estados brasileiros têm adotado leis específicas para a economia solidária. Isso



Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

facilita em muito a atividade econômica e ajuda a pressionar por alterações nas leis federais. É preciso lutar pela instituição de leis de reconhecimento e fomento à economia solidária nos Estados e municípios em que elas ainda não existem.

d) Luta por uma tributação diferenciada para empreendimentos de economia solidária – Empreendimentos que trabalham numa lógica de cooperação, solidariedade, autogestão e respeito ao meio ambiente devem ter benefícios tributários maiores que as empresas que exploram fortemente seus empregados e não respeitam o meio ambiente.

e) Luta pela regulamentação e ampliação do mercado institucional (compras dos governos) para produtos e serviços da economia solidária -- O poder público é um grande consumidor. É preciso lutar para que o apoio à economia solidária passe dos discursos para as compras públicas de produtos dos empreendimentos.



É claro que esse é um rápido resumo dos debates que aconteceram nos 4 dias de trabalho. Até porque nem se comentou os debates de reorganização do Fórum Brasileiro, inclusive no que diz respeito à quantidade de representantes de empreendimentos, entidades de apoio e governos que o compõem. Entretanto, é muito importante destacar,

novamente, que essas bandeiras prioritárias de luta são o resultado de uma construção coletiva que envolveu Fóruns Municipais, Regionais e Estaduais de todo o Brasil. Assim, são nossas bandeiras de luta.

Você tinha conhecimento dessas bandeiras? Tem discutido esse tema nas reuniões do empreendimento e dos Fóruns que participa? Como estão essas lutas em seu município ou região?

Anotações

---

---

---

---

---

---

---

---

Nosso Estado esteve representado na IV Plenária Nacional por 24 delegados de empreendimentos, governos e entidades de apoio. Quem estava representando o seu Fórum ou a sua região? Já foram organizadas reuniões para que eles possam relatar a participação na Plenária?

Um evento da dimensão da IV Plenária Nacional de Economia Solidária nos deixa uma grande responsabilidade. Se afirmamos que a autogestão está no centro da economia solidária, é preciso que estejamos bem informados das decisões que estão sendo tomadas por nossos representantes e que sejamos capazes de nos posicionar nessas discussões. Nosso Fórum Municipal tem sido um espaço aberto às discussões políticas dos rumos da economia solidária na cidade? Como anda a articulação de nosso Fórum Municipal com o os outros Fóruns Municipais da região, no Fórum Regional de que fazemos parte? O que tem sido discutido no nosso Fórum Gaúcho de Economia Solidária?



Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

# Transgênicos

Falar sobre transgênicos na Economia Popular Solidária significa ter presente a dimensão ambiental. Devemos levar em conta as relações das pessoas e o trabalho desenvolvido no empreendimento, com o meio ambiente, e destes, com a produção e consumo de produtos saudáveis e de qualidade.

Podemos estar nos alimentando com produtos transgênicos e seus derivados. Isso pode trazer conseqüências ainda não conhecidas, não estudadas ou pesquisadas. Os alimentos transgênicos perdem qualidade e são padronizados. Como são resistentes a herbicidas, podem estar contaminados com maior resíduo de agrotóxico.

## O que são transgênicos?

São plantas e/ou animais cruzados com outro ser vivo qualquer que não seja de sua espécie. São produtos criados em laboratório, a partir da introdução de genes de determinados seres vivos (vegetais ou animais) em outros seres vivos que jamais cruzariam naturalmente. São introduzidos herbicidas para que o arroz, trigo, milho, soja, frutas, entre outros, fiquem resistentes.

## Quem produz e para quê?

Grandes empresas multinacionais que hoje dominam a produção de agrotóxicos, produtos químicos e farmacêuticos.

A produção de transgênicos inaugura uma nova fase mundial de propriedade absoluta dos seres vivos e a padronização alimentar. Fortalece o agronegócio, a concentração de terra e renda, o capitalismo e o mercado. As grandes empresas querem dominar, ao mesmo tempo, o setor de sementes, plantas, agrotóxicos, seres vivos, farmácia e os supermercados, controlando toda a cadeia da alimentação e da vida, impondo o que iremos produzir, consumir e comer. Com isso, elas dominam e lucram.



Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

Ao praticarmos a Economia Popular Solidária, precisamos ter ética e clareza sobre os produtos transgênicos. Não devemos usar nenhum produto transgênico ou seus derivados.

É possível desenvolvermos um mercado responsável, ético, justo, ecológico, sustentável e equilibrado.



Anotações

---

---

---

---

---

---

---

---

# Trocas Solidárias

O mercado de trocas solidárias é um espaço onde as pessoas se organizam para trocar produtos e serviços sem usar dinheiro.

Você pode trocar diretamente, entre produtores e consumidores, ou utilizar uma moeda social, o que irá permitir aumentar as possibilidades de trocas entre mais pessoas.

O que é moeda social?

A moeda social é criada por grupo de pessoas dispostas a alterarem as regras do jogo de mercado, que é comandado pelo dinheiro.

Com a moeda social pode se colocar em prática um mercado que não depende do dinheiro para acontecer. Essa moeda é um bônus utilizado no lugar do dinheiro oficial para as trocas solidárias realizadas nas feiras de economia solidária.

O que é um clube de trocas?

1. É um espaço permanente onde um grupo de pessoas leva seus produtos, serviços e conhecimentos para oferecer a outras pessoas sem utilizar dinheiro;



2. Os produtos em desuso e em bom estado podem ser reutilizados e com isso evitar uma produção desnecessária e prejudicial ao meio ambiente;

3. É um espaço de democracia, onde todos são donos porque participam das decisões e na gestão dos assuntos coletivos, principalmente na responsabilidade de criar uma moeda social local.

Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

# O que a Feira Estadual de EPS quer:

- ser espaço de formação, troca de experiências e comercialização entre grupos e visitantes;
- proporcionar uma mostra das diferentes iniciativas que estão sendo realizadas, com visitas a inspirar novas experiências;
- criar e/ou fortalecer a rede de Economia Popular Solidária, na perspectiva da integração campo-cidade, de um comércio justo e de um consumo ético e solidário.

## Dessa forma, a Feira Estadual não é:

- lugar para individualismo;
- espaço exclusivo para a comercialização;
- lugar de disputa entre grupos e entidades;
- momento para promoção pessoal ou político-partidário.

A realização de Feiras de EPS só tem sentido se for para contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento solidário e sustentável.



Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

# Orientações da X Feira Estadual de Economia Popular Solidária\*

I. Para os empreendimentos da área de ALIMENTAÇÃO:

Regras Gerais

a) Manipuladores devem estar devidamente uniformizados: cabelos protegidos, avental e calça comprida, de cores claras e limpos. Unhas limpas, curtas, sem esmalte e sem adornos. Sapato fechado.

b) Adotar todas as boas práticas em relação à manipulação de alimentos

c) Higienização das mãos sempre que necessário ou a cada 1 hora pelo menos

d) Devem utilizar utensílios adequados, sendo proibida a madeira.

e) Devem manter o ambiente limpo e organizado.

f) Devem manter rigoroso monitoramento das temperaturas dos equipamentos de refrigeração ou calor, no local. Termômetro com controle da temperatura em planilhas de monitoramento. (abaixo de 5°C, acima de 60°C, -18°C para congelados)

g) Não manter alimentos de origem animal em temperatura ambiente. (estufas, rechauld, refrigerador, etc)

h) Lixeira sem acionamento manual

i) Providenciar papel toalha, sabonete líquido e antisséptico para higiene de mãos.

j) Manter os produtos industrializados nas embalagens originais.

k) Manter produtos pré-preparados embalados em pote com tampa devidamente rotulados. (mínima designação do produto, data de produção e validade).

l) Manter rigorosa limpeza no local sempre que necessário.

m) Superfícies da área de preparo, piso paredes e forro, equipamentos, mesas, etc devem ser de material liso, lavável, resistente e impermeável.

n) Produtos de higienização devem ter registro no MS.

o) Caso haja alguma manipulação de alimentos as áreas devem ter água.

p) Capacidade de energia elétrica para suprir a necessidade de todos os equipamentos.

Anotações

## A - Alimentos perecíveis:

1) Deverão estar devidamente rotulados e identificados de forma legível, no mínimo com a rotulagem obrigatória: Denominação de venda do alimento, Lista de ingredientes, Conteúdos líquidos, Identificação da origem, Nome ou razão social e endereço do importador, no caso de alimentos importados, Identificação do lote ou data de produção, Prazo de validade, Instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário.

2) Para produtos de origem animal só é permitida a exposição e comercialização quando inspecionados pelo Ministério da Agricultura -SIF, Secretaria da Agricultura-CISPOA, ou Secretária Municipal de Indústria e Comércio-SIM-Porto Alegre.

3) Produtos perecíveis devem estar acondicionados em temperatura determinada pelo fabricante, ou abaixo de 5°C (refrigerados), ou abaixo de -18°C (congelados), ou acima de 60°C (quentes) em equipamentos limpos em perfeito estado de organização.

4) É obrigatório o controle de temperatura dos equipamentos através do registro em planilhas e uso de termômetro próprio para alimentos.

5) Deve ser garantida a integridade das rotulagens. Produtos com rotulagem ilegível e/ou incompleta devem ser retirados da comercialização.

### Observações:

\* Queijos, Lingüiças, além das informações acima, é proibido o fracionamento

\* Ovos, além das informações acima:

\* É obrigatória a etiqueta de identificação/inspeção em cada bandeja de 30 ovos.

Caso sejam comercializadas caixas fechadas, devem possuir o carimbo de inspeção do respectivo órgão fiscalizador, além das outras informações obrigatórias.

\* A etiqueta de identificação/inspeção deve ser mantida na bandeja até que o último ovo seja vendido.

\* Não é permitida a venda de ovos trincados, rachados, quebrados.

## B - Pães, massas caseiras, bolachas, doces, chimias, geléias, etc.

Além das informações acima:

\* O feirante manter no local da feira uma cópia do seu alvará de saúde ou Licença da Vigilância Sanitária do município de origem.

Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

\* Para produções caseiras de Porto Alegre: devem manter no local a licença da SMS. Produtores de fora de Porto Alegre que já possuam licença da SMIC deverão apresentar uma licença da Vigilância Sanitária do município de origem.

### C - Lanches:

\* Somente poderão comercializar lanches em feiras os portadores de "Licença para produção caseira e venda em feiras" concedida pela Secretaria Municipal de Saúde ou feirantes que comercializem salgados e doces provenientes de indústria com alvará de saúde.

\* A cópia do alvará de saúde da indústria, bem como a licença concedida pela SMS deve estar sempre no local da feira, a disposição da fiscalização.

\* Não será permitida a comercialização de alimentos de alto risco (tortas recheadas, refeições resfriadas ou congeladas).

### Não será permitido:

\* Conservas e/ou picles que não apresentem alvará de saúde de indústria.

\* Sucos de frutas ou bebidas sem registro no ministério da Agricultura (em garrafa).

\* Produtos de origem animal sem inspeção sanitária por órgão competente.

\* Fracionamento de produtos de origem animal.

\* Produtos com validade vencida ou com rotulagens que não permitam ler com clareza as informações.

\* Venda de produtos com ingredientes de origem animal em equipamento de exposição e/ou temperatura inadequada ou em desacordo com a determinação do fabricante.

\* Extração de caldo de cana em desacordo com a nova legislação.



Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

## 2. Para os empreendimentos de CONFECÇÃO E ARTESANATO:

1. garantir uma boa apresentação e qualidade dos produtos a serem expostos e comercializados;

2. organizar o espaço da estande ou banca, de forma que os produtos não fiquem amontoados demais, nem dispersos (espalhados) demais;

3. ter cuidado de apresentar produtos bem acabados, e bem apresentados do ponto de vista estético; costuras bem arrematadas, cortes bem executados e uma boa elaboração, combinação e seleção de cores;

4. apresentar preços compatíveis com os produtos, que devem estar bem à vista das pessoas que circularem pela feira, e evitar a concorrência com outros produtos similares. Garantir os princípios da Economia Popular Solidária.

\*Orientações da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre

| Anotações |
|-----------|
|           |
|           |
|           |
|           |
|           |
|           |
|           |

# Bibliografia

OLIVEIRA, Loiva de. Vivendo e Aprendendo. 5ª Feira Estadual de EPS.

ALBARELLO, Evanir et all. Sustentabilidade dos Empreendimentos Solidários. Texto para debate. IV Feira Estadual de EPS.

ALVES, Rosi et all. A Economia Popular Solidária na Perspectiva de um Desenvolvimento Solidário e Sustentável. 8ª Feira Estadual de EPS.

## Páginas WEB

- <http://planetasustentavel.abril.com.br>

- IV Plenária Nacional de Economia Solidária - <http://www.fbes.org.br>

- <http://www.mte.gov.br>

Anotações

|  |
|--|
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |
|  |

Anotações

---

---

---

---

---

---

---

---

A publicação deste caderno só foi possível pelos apoiadores e patrocinadores da  
10ª Feira Estadual da Economia Popular Solidária

Anotações

A large rounded rectangular box with a header 'Anotações' and several horizontal lines for writing.